



RESOLUÇÃO

SECRETARIADO NACIONAL DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

Uma governação para as pessoas. Pela dignidade do Trabalho. Pelo diálogo social.

Estamos hoje perante um novo cenário político, com um novo Governo, cujo programa, apresentado e aprovado na Assembleia da República, contém um conjunto de desafios que terão de ser objecto de um debate aprofundado, o qual, como é óbvio, terá de envolver as estruturas de diálogo social.

A UGT tem presente que muitas propostas apresentadas vêm ao encontro de reivindicações que tivemos oportunidade de apresentar no nosso Guião para a Legislatura e na nossa Política Reivindicativa para 2015-2016 e, deve ser sublinhado, ao encontro das expectativas dos portugueses.

Não podemos deixar de considerar um sinal positivo que as políticas delineadas apontem no sentido de mitigar a austeridade dos últimos anos, tantas vezes cega e com sacrifícios impostos sempre sobre os mesmos, de repor direitos e de pôr termo ou de aliviar as medidas extraordinárias e transitórias, num quadro em que tanto foram penalizados sobretudo aqueles que dependem dos rendimentos do seu trabalho.

Para a UGT, esta legislatura deve constituir um ciclo de mudança de políticas, tendo presente que, se a consolidação orçamental terá de continuar a ser realizada, a clara prioridade não pode deixar de ir para as políticas de crescimento e emprego, com um combate firme ao flagelo do desemprego, e para a defesa intransigente do Estado Social, garantindo serviços públicos de qualidade.

Mais do que nunca, é fundamental que a dimensão económica evolua lado a lado com a dimensão social, com particular preocupação pela situação dos desempregados e das famílias que vivem ou estão em risco de pobreza e exclusão, pelo que é essencial eliminar a precariedade e reforçar a dignidade do trabalho.

A concretização desses objectivos exige, como sempre defendemos, uma clara aposta numa dupla concertação estratégica, política e económico-social, cada uma com o seu papel, funcionando de forma articulada e em complementaridade, reconhecendo os contributos que os actores políticos e

os parceiros sociais podem dar para resolver os problemas do País e que preocupam os portugueses.

A UGT saúda, desde já, o sinal positivo dado pelo Governo com as céleres convocação e reentrada em funcionamento da CPCS, no que deve ser entendido como uma clara valorização do diálogo social e do papel central dos parceiros sociais.

Devemos reafirmar que, nas discussões em curso, abordando-se aquela que consideramos no presente momento a mais urgente das matérias, a da actualização do salário mínimo, a UGT não abdicará do papel que é legalmente conferido à Concertação Social e bater-se-á por uma actualização justa e equilibrada do ponto de vista de combate à pobreza, de criação de melhores condições de trabalho e de salvaguarda do emprego, reafirmando desde já a sua disponibilidade para se alcançar um compromisso no quadro da proposta apresentada pelo Governo na última reunião da CPCS de 15 de Dezembro.

A UGT defende uma agenda ambiciosa para a concertação social, sendo cada vez mais importante que sejam trazidas para o seu seio novas responsabilidades, ultrapassando as matérias que tradicionalmente têm sido discutidas naquela sede, envolvendo nomeadamente os parceiros sindicais na discussão de matérias económicas, de que tantas vezes têm sido alheados.

E, devemos ser claros, não poderão ser repetidos os erros do passado, em que muitos foram os momentos em que sentimos que o diálogo social naquela sede se reduzia a um exercício de mera audição dos parceiros sociais. Exigiremos um processo de verdadeira construção de consensos e de assunção de compromissos.

Essas serão bases essenciais para que se consiga valorizar a concertação social e é isso que a UGT espera que se venha a verificar na discussão de um acordo tripartido estratégico para o desenvolvimento social e económico do País, relativamente ao qual o Governo deu já os primeiros passos em CPCS, facto que devemos saudar.

A UGT expressa desde já a sua total disponibilidade para que esta legislatura, respondendo ao repto do Governo que vem ao encontro das nossas reivindicações, seja marcada por um acordo tripartido em que o emprego, o crescimento, a política de rendimentos, a protecção social, as condições de trabalho sejam matérias estruturantes.

Mas a discussão e os compromissos de natureza mais estrutural não poderão porém fazer esquecer que existem matérias que exigem a intervenção urgente dos parceiros sociais.

Conforme vimos reivindicando, visitar as alterações à legislação laboral e à negociação colectiva, em que muitas alterações (v.g. critérios de emissão de portarias de extensão, prazos de sobrevigência e caducidade das convenções colectivas, despedimentos, tempo de trabalho) encontraram a sua única justificação no contexto excepcional que vivemos, será uma indubitável prioridade no sentido de promover a dignidade do trabalho.

A UGT e os seus Sindicatos lutarão, como sempre, não apenas pelo reforço do diálogo social tripartido, mas também a nível sectorial e profissional, sendo urgente que sejam tomadas medidas para retomar o diálogo e desbloquear a negociação colectiva em todos os sectores, não esquecendo aqueles em que o Estado tem responsabilidades acrescidas enquanto empregador.

Esperamos que esse empenho seja correspondido por uma efectiva vontade de reforço do diálogo, de valorização da negociação e por um espírito de construção de soluções por parte de todos os nossos interlocutores a todos os níveis.

Pelo crescimento, pelo emprego digno e de qualidade e pela justiça social.

Na defesa dos trabalhadores.

Pelo futuro do País.

O Secretariado Nacional da UGT

APROVADO POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO